

## **PROJETO DE LEI Nº , DE 2007**

**(Deputado Neucimar Fraga)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 24, do Estatuto do Desarmamento, tornando crime o descumprimento das portarias e orientações do Comando do Exército sobre produtos controlados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 24, da Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003:

*“Parágrafo único. As portarias e demais normas baixadas pelo Comando do Exército disciplinando a fabricação, a posse, o uso e o comércio de interno e externo de produtos controlados têm força vinculante e são de observação obrigatória, inclusive para efeito de responsabilização criminal nos casos de descumprimento, nos termos desta lei.”*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Comando do Exército disciplina os chamados “produtos controlados”, entre eles armas, munições, acessórios e explosivos, através de regulamentações administrativas (portarias e resoluções tratando sobre o comércio, importação, exportação, recarga de munição, além das pessoas dos atiradores, caçadores esportistas, colecionadores, etc.) Os regulamentos referidos pelo atual sistema de controle de armas (Decreto n.º 5.123/2004, que regula o Estatuto do Desarmamento, e o Decreto n.º 3.665/2000, que regulamenta a fiscalização de produtos controlados) deixa apenas subentendido que o descumprimento das portarias enseja o descumprimento da lei, podendo o

delinqüente alegar em sua defesa que uma dada conduta não seria criminosa por não se adequar ao tipo “em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, e sim “em desacordo com determinação contida em portaria”.

Sala das Sessões, em        de fevereiro de 2007.

Deputado **Neucimar Fraga**  
PR/ES